

A DERROCADA DA EXTREMA DIREITA



Eleições no Reino Unido e na França dão impulso à luta contra o extremismo de direita, o racismo e a xenofobia

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 08 de julho de 2024 N° 149

Eleições na Europa contrariam presságios da extrema direita

Tarso Genro: um pequeno artigo e urgente desabafo

Emir Sader: a nova estratégia da direita

Compro ouro: Bolsonaro é indiciado novamente



SEJA UM VOLUNTÁRIO E ESPALHE A VERDADE

*Quer ajudar o povo
do **Rio Grande do Sul** e
combater notícias falsas?*

*Entre no grupo
de Caçadores de
FAKE NEWS*

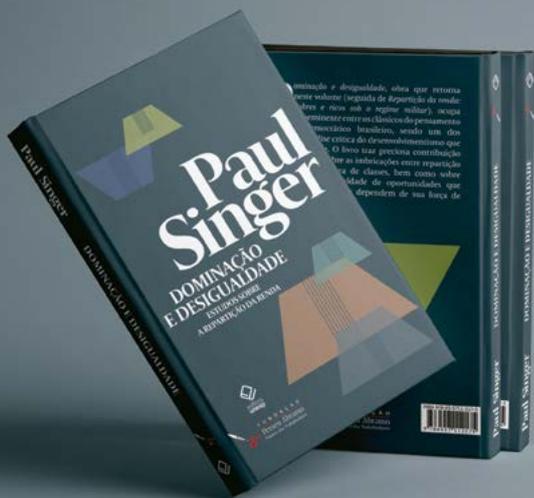
bit.ly/cacadoresfakenews



DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

ESTUDOS SOBRE A REPARTIÇÃO DE RENDA

PAUL SINGER



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

editoraunesp.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



editora
unesp

focus

BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

RECONEXÃO PERIFÉRIAS
LANÇAMENTO DO CADERNO

26/04 - DAS 16H ÀS 19H

CHACINAS E FEMINICÍDIOS
OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS



Local: Ocupação Nove de Julho
R. Álvaro de Carvalho, 427
Bela Vista - São Paulo

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



cesc
Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania

SÃO PAULO





FOI DE VIRADA

França e Reino Unido realizaram eleições parlamentares que evidenciam a luta de classes na Europa. O Partido Trabalhista, liderado por Keir Starmer, derrotou os conservadores no Reino Unido, enquanto na França, a Nova Frente Popular, liderada por Jean-Luc Mélenchon, superou a extrema-direita de Marine Le Pen, reforçando a rejeição às políticas neoliberais e fascistas.

Página 07

CARTA AO LEITOR A
democracia como valor
universal, por Alberto
Cantalice

Página 05

CAPA Eleições na França
e no Reino Unido afastam
extrema direita do poder

Página 07

ARTIGO Um pequeno
artigo urgente e um
desabafo, por Tarso Genro

Página 10

APOIO Com apoio de
bancada petista, Câmara
aprova R\$1 bi para
Yanomamis

Página 11

ENTREVISTA Marcelo

Freixo fala sobre trabalho à
frente da Embratur e novos
caminhos

Página 12

ECONOMIA Haddad:
"Cumpra-se o arcabouço
fiscal"

Página 18

ARTIGO A especulação
com o dólar e a
autonomia do BC

Página 19

POLÍTICA Bolsonaro e ex-
assessores são indiciado no
caso das joias

Página 21

REGULAÇÃO Setorial do
PT apoia regulação da
Inteligência Artificial

Página 24

FORMAÇÃO FPA cria site
sobre trabalho de base para
orientar dirigentes

Página 26

MERCOSUL Lula discursa
em Assunção durante
encontro de cúpula
do Bloco

Página 27

AMEAÇA AO SUL Milei
participa de evento de
extrema direita em Santa
Catarina

Página 29

CULTURA Ministério
explica como funcionará a
"Rounaet RS"

Página 32



A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL

Alberto Cantalice

O filósofo e escritor Carlos Nelson Coutinho, nascido na Bahia em 1943 e falecido no Rio de Janeiro em 2012, formulou e publicou na então Revista da Civilização Brasileira, em 1979, nos estertores da ditadura civil-militar instaurada em 1964, o ensaio intitulado a Democra-

cia Como Valor Universal. Trago à lembrança esse ensaio de um dos maiores especialistas na obra do político italiano Antonio Gramsci, para falar das recentes eleições no Reino Unido e na França.

O peso da questão democrática e a completude do que dela deriva, no momento em que o espectro do fascismo, do cesarismo e do bonapartismo ronda a velha Europa e se assanha nos Estados

Unidos, volta com força a permear os corações e as mentes das forças progressistas.

As adjetivações à democracia por parte de setores presos à lógica do revolucionarismo pequeno burguês descolado dos interesses objetivos dos movimentos populares reaparecem. Só que agora travestido como linguajar das novas mídias sociais, mais preocupados em “lacrar”, caçar likes do que



disputar o imaginário coletivo e a propor soluções para os graves problemas que afligem o mundo em geral, e o Brasil em particular.

A vitória do Partido Trabalhista na Inglaterra, depois de 14 anos ininterruptos de governos conservadores e reacionários, a despeito de insuficiências como a pouca solidariedade com a causa Palestina e a visão subordinada quanto à Otan, traz um alívio ao progressismo. Não custa lembrar que a Grã Bretanha foi o laboratório dos algoritmos no episódio da Cambridge Analytics e que desembocou no Grexit e na saída da União Europeia.

A falta de combatividade do "Labour" levou à exclusão de suas fileiras do ex-líder Jeremy Corbyn, que concorrendo contra o candidato de seu antigo partido e de forma independente venceu as eleições no seu distrito.

Entretanto, a primeira declaração do novo Primeiro-Ministro Keir Starmer foi a de que estavam enterrados os planos de deportação de imigrantes para Ruanda. Uma das principais apostas dos Conservadores ingleses. Starmer também propõe adequar o NHS, o sistema de saúde inglês as exigências da

população. Para isso são previstas novas tributações sobre altas rendas.

Porém foi na França que se apresentaram resultados mais alvissareiros. A vitória do neofascismo nas eleições para o Parlamento Europeu levou o Presidente Emmanuel Macron a antecipar o pleito interno.

A convocação antecipada do pleito pressionou o espectro da esquerda a se unificar já que para as eleições europeias saíram separados. Surgiu então a Nova Frente Popular: França Insubmissa, Partido Socialista, Ecologistas e Comunistas, que juntamente que tal qual os macronistas quedaram-se derrotados no primeiro turno.

Nasceu aí o Pacto Republicano: uma aliança entre a Frente de esquerda e os macronistas. O Pacto veio com a renúncia de várias candidaturas de parte a parte para evitar a vitória dos extremistas da Frente Nacional. Atitude que se mostrou acertada pelo resultado: a Nova Frente vitoriosa em primeiro, secundados pelo macronismo. A extrema direita ficou em terceiro lugar, seguida pelo gaullismo direitista.

A mobilização popular que an-

tecedeu o segundo turno se estendeu para os intelectuais, artistas, atletas, sindicalistas e ativistas sociais de várias matizes. Todos afirmando a manutenção da democracia e o fim da xenofobia, do racismo, do machismo e da lgbtobia.

Para as forças de esquerda que defendem uma sociedade diferente da atual onde o individualismo permeia todas as teias da sociabilidade, a manutenção da democracia é estratégica: "A democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição para a consolidação e aprofundamento da nova sociedade", dizia Carlos Nelson.

Configurar um novo cenário de disputa com o capitalismo em sua face mais perversa: o neoliberalismo, demandará a construção da nova utopia. O filósofo italiano Norberto Bobbio, na disputa de ideias entre o eurocomunismo dos partidos comunistas italiano, espanhol e francês e o "socialismo real" da antiga URSS, perguntava: "Qual Socialismo satisfaria os novos tempos?".

Penso que o socialismo-democrático. Mas isso é outra história!



Javier Alvarez/Midia Ninja

ESPERANÇA RENOVADA

VITÓRIA DA NOVA FRENTE POPULAR NA FRANÇA E DO PARTIDO TRABALHISTA NO REINO UNIDO SURPREENDEM EXTREMA DIREITA

Vitórias históricas na Europa. O Partido Trabalhista do Reino Unido e a Nova Frente Popular da França bloquearam a ascensão da extrema direita. Com Keir Starmer e Jean-Luc Mélenchon na liderança, coalizões progressistas mostraram que a união pode defender a democracia e promover a justiça social

Na última semana, França e Reino Unido realizaram eleições parlamentares, destacando a crescente luta de classes na Europa. Ambas as nações mostraram uma mobilização popular significativa contra os partidos fascistas e de extrema-direita

No Reino Unido, o Partido Trabalhista, liderado por Keir Starmer, derrotou o Partido Conservador do primeiro-ministro Rishi Sunak e o fascista Reform UK de Nigel Farage, conquistando uma maioria parlamentar expressiva. Em várias regiões, candidatos de esquerda independentes também venceram, impulsionados por pautas como o fim do genocídio do povo palestino.

Na França, a Nova Frente Popular (NFP), liderada por Jean-Luc Mélenchon do partido França Insubmissa (LFI), superou a extrema-direita Reunião Nacional (RN) de Marine Le Pen no segundo turno das eleições parlamentares. As eleições suplementares, convocadas pelo presidente Emmanuel Macron após a derrota de seu partido nas eleições europeias, resultaram na NFP como a maior força parlamentar, com apoio significativo de imigrantes e trabalhadores.

Essas vitórias revelam uma rejeição clara das políticas neoliberais e de extrema-direita, com a população se mobilizando contra a piora das condições de vida e a perseguição a imigrantes. Na França, Mélenchon reafirmou seu compromisso com a defesa da população palestina e a reversão das reformas neoliberais, enquanto no Reino Unido, a mobilização pró-Palestina influenciou significativamente os resultados eleitorais.

Apesar das vitórias, desafios permanecem. No Reino Unido, a



Reprodução

monarquia limita a influência do Partido Trabalhista, e na França, Macron resiste a ceder o cargo de primeiro-ministro à NFP. A necessidade de continuar as lutas de rua e as mobilizações populares é crucial para enfrentar as políticas neoliberais e fascistas em ambos os países.

Essas eleições demonstram que a propaganda da mídia burguesa, que tenta criar medo e impedir o avanço das pautas populares, pode ser superada pela união e resistência das massas. A verdadeira força está na mobilização coletiva em defesa da democracia e da justiça social.

Emoções em Paris

No coração de Paris, a Place de la République ficou lotada no domingo (7) em comemoração à vitória da Nova Frente Popular (NFP) nas eleições legislativas francesas. Com cartazes e

bandeiras, a multidão celebrou a conquista de 182 assentos na Assembleia Nacional, tornando a NFP a maior força parlamentar do país.

A coalizão Juntos, do presidente Emmanuel Macron, obteve 168 cadeiras, enquanto a ultradireitista Reunião Nacional (RN), de Marine Le Pen, ficou em terceiro lugar com 143 deputados. A NFP agora tem o direito de indicar o primeiro-ministro para governar a França pelos próximos três anos.

Liderada por Jean-Luc Mélenchon, do partido A França Insubmissa (LFI), a NFP demonstrou grande capacidade de mobilização. Diante do avanço da extrema direita nas eleições europeias, Mélenchon e aliados formaram rapidamente uma coalizão das forças progressistas para impedir a ascensão do RN ao poder na França. "É um alívio imenso para a esmagadora maioria das

pessoas do nosso país (...) Elas se sentiram terrivelmente ameaçadas. Mas agora podem ficar tranquilas, pois ganharam”, celebrou Mélenchon.

Repercussão no Brasil

O presidente Lula comemorou a vitória: “Muito feliz com a demonstração de grandeza e maturidade das forças políticas da França que se uniram contra o extremismo (...) Esse resultado reforça a importância do diálogo entre os segmentos progressistas em defesa da democracia e da justiça social”, publicou em suas redes sociais. Lula tem uma relação próxima com Mélenchon, que o visitou na prisão em 2019, e ambos compartilham uma luta de décadas por justiça social.

Gleisi Hoffmann, presidenta do PT, também celebrou a vitória: “Grande vitória da esquerda unida nas eleições na França. Foi fundamental para o resultado a reação popular à ameaça da extrema-direita antidemocrática”, afirmou.

Conservadores têm a pior derrota em 100 anos no Reino Unido

A vitória histórica dos trabalhistas foi confirmada por volta das 5h da manhã da última sexta-feira (5), horário local, quando a contagem dos votos revelou que o partido progressista alcançou 326 cadeiras na Câmara dos Comuns, garantindo a maioria absoluta no Parlamento. Este resultado reflete uma clara rejeição dos britânicos aos conservadores, que estavam há 14 anos no poder. Os conservadores perderam 250 assentos, incluindo 12 ministros do gabinete de Rishi Sunak, como a ex-primeira-ministra Liz Truss. Em Oxford, tradicional reduto de direita, os conser-



Reprodução



Reprodução

Keir Starmer e Victoria Alexander Starmer em Downing Street

vadores tiveram o pior resultado em 100 anos.

Com uma participação eleitoral de 60%, a mais baixa nesta eleição, muitos britânicos demonstraram desinteresse ou desesperança pela política. No Reino Unido, não há período de transição de governo, e o caminho de mudança de Rishi Sunak já está estacionado na porta da residência oficial do primeiro-ministro em Downing Street.

Lições para o Mundo

A vitória da NFP na França e dos trabalhistas na Inglaterra, ambas na mesma semana, ultrapassam as fronteiras europeias, indicando novos rumos para as esquerdas globais. A união das forças progressistas mostra um caminho possível e efetivo para enfrentar a extrema direita, sendo um chamado à ação para todos que lutam por justiça social e democracia.

UM PEQUENO ARTIGO URGENTE E UM DESABAFO

Tarso Genro

A estupenda vitória da democracia na França, contra a extrema direita e os demais herdeiros de Vichy, conjugada com a vitória dos trabalhistas ingleses que voltam ao Governo depois de 14 anos, recupera - na Europa - o oxigênio da democracia liberal. Na França, em particular, a reviravolta deveu-se - entre outros fatores que não cabem neste pequeno texto - à rapidez com que a esquerda francesa reorganizou suas listas eleitorais para privilegiar os candidatos de quaisquer das facções de centro e de centro-esquerda, para acumular votos contra a extrema direita: acumular votos para defender a democracia liberal contra o perigo fascista, racista e antirrepublicano, que se erguia no horizonte.

Jean-Luc Mélenchon, o líder da "França Insubmissa" teve um papel extraordinário neste movimento, pois logo após os resultados do primeiro turno avisou que seu agrupamento faria todas as renúncias para unificar os eleitores antifascistas contra Madame Le Pen e sua corte de reacionários violentos, que estavam à beira do poder. E avisou novamente: este era o perigo que rondava a Europa e ameaçava diretamente os postulados da Revolução Francesa, já fortemente constrangidos pela concepção de "Europa do Capital", diversa da concepção também europeísta de "Europa Social", sempre defendida por Mélenchon e pela sua formação "França Insubmissa".

Sua postura sem vacilações em defesa da democracia política, que a França Insubmissa integra como compromisso

constitucional, tem uma razão de fundo político, que está no terreno dos princípios; e uma razão pragmática, que responde às urgências da luta política de qualquer esquerda, dentro da legalidade democrática. A experiência brasileira mostra que nos tempos de mutação das formas de exercício do poder e controle dos corações e mentes, pelos novos meios de comunicação e informação, novas formas e meios de produzir mercadorias e de controle e processamento da opinião, qualquer vacilação em defesa da legalidade democrática enfraquece a democracia política acaba favorecendo o fascismo.

A ascensão do fascismo e da sua bandidagem à condição de governantes, capilarizados no Estado e ajudados pela mídia oligopólica, pode até "tomar conta" de instituições como o Poder Judiciário, enfraquecendo os seus deveres constitucionais de imparcialidade e neutralidade nos grandes contenciosos políticos do momento. Foi assim com Dilma, foi assim com Lula. A "razão de fundo político" - que está no terreno dos princípios - é jamais conceder ou omitir-se para facilitar os fascistas chegarem ao poder; a "razão pragmática" diz respeito à escolha dos caminhos que devem ser percorridos para criar maiorias políticas contra o fascismo ascendente, que podem ser avaliados a partir da seguinte indagação: é melhor enfrentar o fascismo quando ele está fora do governo ou quando já ocupam o aparato de Estado?

Deve se levar em conta, para compreender o fenômeno político francês, que ali a esquerda tradicional - Partido Socialista

tro-esquerda, o Partido Comunista Francês que não mais lidera maiorias progressistas no país, e as pequenas organizações comunistas e socialistas heterodoxas - não tiveram condições, depois de Mitterrand (1995) até o presente, de constituir uma Frente de Esquerda estável para governar. Esta vitória eleitoral mostra que frentes bem-organizadas em torno de princípios e programas visíveis para o povo, ainda que na beira do precipício, podem resgatar os princípios ideais das grandes revoluções do Século passado, com novos fundamentos por dentro da democracia.

A Nova Frente Popular, formada na presença do desastre, resgata - por enquanto - a cultura das liberdades (políticas), da igualdade (formal) que o fascismo sequer respeita como doutrina constitucional, e resgata a fraternidade (policlassista) contratualizada na Constituição do país. Isso é pouco, mas isso é muito. Em contraste com a cultura da morte, da naturalização da desigualdade e do fim - formal e material - do contrato jurídico de fraternidade popular, que presidiu a queda da Bastilha em 14 de julho de 1789, isso é muito. Não seria providencial, me pergunto e pergunto aos meus companheiros de luta, se não seria bom celebrarmos, neste 14 de julho - em algum lugar da cidade - de forma pluripartidária, libertária, igualitária e fraternalmente concebida - a vitória francesa contra o inferno?

Artigo originalmente publicado no Sul 21
 (*) Tarso Genro foi governador do Estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, ministro da Justiça, ministro da Educação e ministro das Relações Institucionais do Brasil.

COM APOIO DO PT, CÂMARA APROVA R\$ 1 BI PARA PROTEÇÃO AO POVO YANOMAMI E COMBATE AO GARIMPO ILEGAL

O plenário da Câmara, com o voto favorável do PT, aprovou nesta segunda-feira (8/7) a medida provisória (MP 1209/24), que concede crédito extraordinário de R\$ 1 bilhão para diversos ministérios em ações relacionadas à proteção do povo indígena Yanomami e ao combate ao garimpo ilegal em seu território. O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), ao defender a importância da medida, afirmou que ela trata “da dignidade deste povo que precisa de proteção do Estado brasileiro”.

Guimarães explicou ainda que o governo está legalizando uma decisão do Supremo Tribunal Federal, e ao mesmo tempo, atendendo à crise humanitária que essa comunidade, “que o povo Yanomami, viveu na época da crise, até porque os recursos já estão disponíveis e é para fazer uma ação em todos os sentidos: policiamentos, servidores”.

Por isso, continuou o líder do governo, que se justifica esse crédito extraordinário de mais de R\$ 1 bilhão “e mostra exatamente que, com diálogo, com solidariedade, o governo brasileiro, o Governo Lula está fazendo, já iniciou, não é que vai fazer, já estão em curso os empenhos. Precisamos concluir essas ações. Daí a necessidade desse recurso para fazer frente às ações que lá estão sendo desenvolvidas”, ar-

gumentou.

Recursos

Pelo texto, que segue para a apreciação do Senado, do total de recursos, R\$ 309,8 milhões são destinados à participação das Forças Armadas com o uso do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e R\$ 60,18 milhões para a Força Nacional, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Nacional na área. Esse montante soma 37% do total liberado.

Funai

Outros R\$ 210 milhões ficarão com o Ministério dos Povos Indígenas para a gestão de políticas para os povos indígenas. Para a Funai, a MP destina R\$ 182 milhões para a atividade de regularização fundiária, proteção e gestão dos territórios indígenas, além de mais R\$ 60 milhões para a atividade de direitos pluriétnicos e culturais dos povos indígenas. Esse montante soma 45,2% do total liberado.

Meio Ambiente

O Ministério do Meio Ambiente terá R\$ 107,6 milhões (10,76% do total previsto) para ações de fiscalização em terras indígenas e gestão de unidades de con-

servação em terras indígenas a cargo do Ibama ou do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; e dos Direitos Humanos e da Cidadania também receberão recursos para ações correlacionadas.

Comprovação de feriado local

Os parlamentares aprovaram também emenda do Senado ao projeto de lei (PL 4563/21) para dispensar a comprovação de feriado local na contagem de prazo quando da apresentação de recurso no Judiciário. O projeto, que segue para sanção presidencial, prevê que, se o recorrente não comprovar o feriado local ao apresentar o recurso, o tribunal poderá determinar a correção do vício formal em nova oportunidade ou até mesmo desconsiderar essa omissão caso a informação já conste no processo eletrônico.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) destacou que a proposta garante a nitidez sobre os feriados. “Muitas vezes o feriado é municipal, se fala em dias úteis, mas se considera feriado municipal, estadual ou distrital como dia útil”, explicou. •

“O BRASIL ERA O PAÍS DO 'PASSAR A BOIADA'. ERA O PAÍS DA DEVASTAÇÃO, DO NEGACIONISMO”

Filiado em 2023 ao Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, não é de agora que Marcelo Freixo mantém boa relação com o PT: a casa da estrela vermelha foi a primeira filiação de Freixo, onde iniciou sua vida política já em 1986.

Hoje, ocupa o cargo de Presidente da Embratur, onde empreende esforços para desigmatizar a imagem do Brasil no mundo. "O Brasil não é um país exótico. O Brasil é um país extraordinário. São coisas que a gente precisa ter muito cuidado na hora de promover um país", afirma. Em entrevista à Focus, falou ainda sobre economia criativa, política de segurança pública e futuro na política

Fernanda Otero

Os resultados têm sido positivos, com o retorno do número de turistas aos níveis pré-pandemia e uma arrecadação recorde de 6,9 bilhões de dólares em 2023, superando até mesmo os números de 2014, ano da Copa

do Mundo. Freixo destacou ainda a melhoria da imagem do Brasil em relação ao ecoturismo, com o país sendo reconhecido pela revista Forbes como o principal destino mundial de ecoturismo.

Freixo ressaltou a recuperação das relações diplomáticas com países estratégicos, como a

França, que voltou a ser um dos principais emissores de turistas para o Brasil. O presidente da Embratur também mencionou a reestruturação interna do órgão, que incluiu demissões e reorganização financeira, permitindo a participação qualificada do Brasil em feiras internacionais. "A mar-

ca Brasil é utilizada hoje por todo o trade do turismo", afirmou.

O ex-deputado federal também abordou a importância dos eventos culturais para a economia e a imagem do Brasil, dando como exemplo eventos como o show da Madonna no Rio de Janeiro, que gerou uma movimentação econômica significativa, desde manicures até vendedores ambulantes. "Quando você fala de evento, quando fala de um show, você está falando do acesso à cultura, mas está falando também de economia", explicou.

A luta contra a imagem hipersexualizada da mulher brasileira também foi um ponto crucial. Freixo mencionou a retomada da marca Brasil e a denúncia formalizada na Polícia Federal contra um grupo americano que explorava sexualmente mulheres brasileiras. "O turismo de base sexual não é um debate de turismo, não existe esse modelo de turismo. O que existe é a exploração sexual que é crime previsto no Código Penal", enfatizou.

Marcelo Freixo é um político e professor brasileiro, conhecido por sua atuação na defesa dos direitos humanos e segurança pública. Com uma carreira marcada pela presidência de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) importantes no Rio de Janeiro e sua contribuição para o pacote anticrime como deputado federal, Freixo tem dedicado sua trajetória à luta contra o crime organizado e a promoção de políticas públicas inclusivas. Atualmente, como presidente da Embratur, ele está focado em promover o turismo internacional e fortalecer a imagem do Brasil no exterior.

- **Querida começar essa conversa pedindo que você apresentasse um balanço de como tem sido esse trabalho na Em-**

bratur, desde que você assumiu esse desafio, com pouco mais de um ano de trabalho no Governo Federal, de retomar o Brasil pós-pandemia ao cenário do turismo internacional.

- Vamos lá. Primeiro, eu sou grato ao presidente Lula por ter me dado esse desafio, que é grande, de recolocar o Brasil no mundo. E o próprio presidente Lula é uma peça muito importante nesse cenário, porque ele teve

**ESTAMOS FALANDO
DE UM SETOR
ECONÔMICO MUITO
IMPORTANTE
PARA O MUNDO.
NO BRASIL,
POR EXEMPLO,
O TURISMO
CORRESPONDE
A 8% DO PIB
BRASILEIRO**

uma preocupação muito central na retomada das relações internacionais, na presença do Brasil no mundo. Então, quando o presidente diz "o Brasil voltou", esse é o trabalho que cabe à Embratur: dizer que Brasil é esse que voltou, esse Brasil da democracia, da responsabilidade climática, da sustentabilidade, do destino, das relações diplomáticas. Então, junto com o presidente, nessa política internacional, a

Embratur tem um papel muito decisivo. E nós pegamos o país depois da... Eu sempre faço uma brincadeira dizendo que pegamos o país depois da pandemia e depois do pandemônio, né? São dois desafios gigantes: superar a pandemia, que nunca diz respeito às relações internacionais e ao turismo mais especificamente. Houve uma paralisação completa, os aeroportos estavam vazios, o turismo zerou suas atividades por quase dois anos. E estamos falando de um setor econômico muito importante para o mundo. No Brasil, por exemplo, o turismo corresponde a 8% do PIB brasileiro. Se você entender que o óleo e gás, com todo o investimento, corresponde a 12%. E se você olhar para o século XXI, o que se espera de um crescimento econômico, de um modelo de desenvolvimento, o turismo pode cumprir um papel muito mais decisivo do que cumpriu até hoje. E nós tivemos muitos problemas diplomáticos no último governo. Tivemos a pandemia e tivemos um governo passado que estilhaçou completamente as relações diplomáticas com países muito estratégicos. Vou dar um exemplo, que é a França. A França é o país de toda a Europa que mais manda turistas para o Brasil. A França é disparado em primeiro lugar na Europa. A França tirou completamente o Brasil de qualquer prateleira de promoção, de divulgação, de diálogo, por conta das gravíssimas, precárias e primárias crises diplomáticas que tivemos no governo passado com o governo do presidente Emmanuel Macron. E conseguimos retomar isso, conseguimos fazer essa reconstrução. Pegamos uma Embratur sem nenhuma estrutura, sem nenhuma capacidade financeira ou orçamentária, e com muitos problemas estruturais, como um cabide de emprego. Então, tivemos



que limpar a Embratur no que diz respeito a demissões, tivemos que reestruturar o orçamento da empresa, que não tinha dinheiro nem para a folha de pagamento por quatro meses. Essa foi a situação encontrada por nós nessa transição. Fato é que, depois de um ano e meio, hoje temos uma mudança que conseguimos aprovar no Congresso, que permite à Embratur sobreviver e retomar sua presença nas feiras internacionais. A gente qualificou muito a participação do Brasil nessas feiras internacionais, com estandes sustentáveis, com uma apresentação do Brasil muito mais vistosa. Recuperamos a marca Brasil, o que foi algo muito importante. A marca Brasil tinha sido desenvolvida no governo Lula 1, em 2003, no projeto Aquarela, e no governo passado foi substituída pelo "Brasil com Z, visite e nos ame". A gente retomou a marca Brasil. A marca Brasil é utilizada hoje por todo o trade do turismo e conseguimos retomar os números. Com essa promoção, com essa visibilidade, com as novas bandeiras, com essa nova imagem do Brasil, retomamos o número de turistas

do pré-pandemia aos patamares de 2019. E o mais importante, estamos investindo muito na capacidade de arrecadação, do quanto o turismo pode render de geração de emprego e renda para o Brasil. E aí os números foram muito surpreendentes. Em 2023, conseguimos, com o mesmo número de turistas de 2019, ter a maior arrecadação de todos os tempos. Arrecadamos 6,9 bilhões de dólares em um ano. Esse número superou a maior arrecadação, que até então era a de 2014, o ano da Copa do Mundo. E no primeiro quadrimestre de 2024, de janeiro a abril, estamos 23% acima de 2023. Então, temos uma arrecadação que certamente será ainda maior do que a do ano passado. Assim, vemos uma retomada da imagem do Brasil, uma retomada do turismo internacional, o aumento das conexões aéreas, o aumento de voos, que também está superior ao de 2019, e maior geração de emprego e renda. Acho que estamos no caminho certo. Um último exemplo, quando assumimos em janeiro, a imagem do Brasil em relação à questão ambiental era a pior possível. O Brasil era

o país do "passar a boiada." Era o país da devastação, das declarações do ex-ministro do Meio Ambiente, do negacionismo. E retomamos as relações com todo o trade internacional do ecoturismo e do turismo de aventura. Restabelecemos os vínculos, visitamos esses países, visitamos essas entidades. E quando chegou agosto, a revista Forbes publicou que o Brasil tinha voltado a ser o maior destino do mundo de ecoturismo, superando o México em seis meses. Nos seis meses desde o início dessa campanha, que foi após o Carnaval, em agosto, conseguimos retomar a imagem do Brasil como principal destino ecoturístico do mundo. Isso foi tão significativo que, no mês passado, estive no Equador, onde aconteceu um seminário latino-americano de ecoturismo organizado por uma entidade chamada ATTA (Adventure Travel Trade Association). Conseguimos trazer a ATTA para realizar, no próximo ano, o grande seminário de ecoturismo da América Latina em Bonito, Mato Grosso do Sul. Portanto, houve realmente uma retomada não só da imagem, mas de conquistas concretas.

- **O primeiro ano de governo foi de reconstrução, obviamente, no setor cultural também, mas assim como na Embratur, no segundo ano, você já começa a ver algumas coisas pipocando aqui e ali já como efeito dos incentivos culturais. Teve Marisa Monte em São Paulo, teve Madonna no Rio, megaevento, e você está falando agora em previsões de arrecadação superiores para o próximo ano. Dá para falar também em previsões de ações culturais que, em conjunto com o turismo, elevem a taxa de arrecadação? Porque o povo adora, todo mundo quer.**

- O povo gosta de cultura, e todo mundo tem direito à cultura. O show da Madonna, por exemplo, porque muitas vezes pensamos no show como algo que termina e você vai para casa e a vida continua igual. Mas, na verdade, passei por um episódio que acho ilustrativo. Fui ao show da Madonna, estava entrando em determinado local e encontrei uma moça que estava trabalhando no receptivo, e ela veio falar comigo, ela era alguém que eu já conhecia. Ela falou, "olha, a Madonna tem que vir todo mês para o Rio de Janeiro!". E eu brinquei dizendo, vou tentar, vamos ver, brincando. E ela me disse "eu sou manicure e estou fazendo só um bico aqui nesse receptivo, porque não dá mais para fazer unha agora em cima da hora, então eu vim para cá. Mas eu fiz 30 vezes mais unhas do que eu faço em qualquer final de semana normal, com o show da Madonna". O que eu estou dizendo com esse exemplo? É um exemplo pequenininho de algo completamente invisível, que você nunca pensa, de uma rede econômica. Quando você olha para o show da Madonna, a quantidade de unhas feitas é apenas uma parte da economia movimentada, que

gera emprego e renda. Imagine o vendedor da cerveja, o vendedor do mate, o dono do hotel, o dono da pousada, o dono do restaurante. É uma cadeia produtiva muito democrática, que atinge muitas classes, atinge muitos setores. Então, quando você fala de evento, quando fala de um show, você está falando do acesso à cultura, mas está falando também de economia. Está falando de um país que tem um produto

QUANDO VOCÊ FALA DE EVENTO, QUANDO FALA DE UM SHOW, VOCÊ ESTÁ FALANDO DO ACESSO À CULTURA, MAS ESTÁ FALANDO TAMBÉM DE ECONOMIA

cultural enorme, que é um ativo econômico gigantesco. Estamos fazendo um debate econômico quando trazemos a cultura para a centralidade de um modelo de desenvolvimento. No turismo, temos trabalhado muito na Embratur com a ideia de que o Brasil não é só sol e praia. O Brasil é muito conhecido como um destino de lazer, com um litoral extraordinário que vai de praias cheias a praias desertas,

de água gelada a água quente, oferecendo uma diversidade sem igual. Acho que nenhum país do mundo tem o litoral que nós temos. Portanto, o Brasil é muito conhecido por sol e praia, mas em todas as campanhas internacionais, enfatizamos que o Brasil não é apenas sol e praia. O Brasil é cultura, é gastronomia, é natureza. Ao trazer esses três elementos, apresentamos a diversidade brasileira e a possibilidade de um turista, que vem pelo sol e praia, também conhecer outras facetas, aumentando sua estadia e, conseqüentemente, a arrecadação. Por exemplo, no Rio de Janeiro, desenvolvemos as rotas literárias e estamos para lançar a rota do samba. O turista não deixará de visitar Copacabana, o Pão de Açúcar ou o Cristo Redentor, mas aquele que vem por esses ícones pode também explorar o centro do Rio em uma rota literária que apresente Machado de Assis, Lima Barreto ou a casa do Candeia em Oswaldo Cruz, levando-o até a Zona Norte. Isso gera emprego, formação de guias turísticos e estende a estadia do visitante, aumentando a arrecadação e gerando mais empregos. A cultura, portanto, é central para a reforma do Brasil não apenas em termos de espetáculos, mas para toda a cadeia produtiva, sendo uma grande geradora de empregos.

- **Durante o governo do ilegível, foi muito chocante a propaganda sobre o chamado "turismo sexual" brasileiro. Por iniciativa sua, está em curso uma investigação na Polícia Federal sobre um grupo dos Estados Unidos que estaria explorando mulheres sexualmente no Brasil. Como está o trabalho da Embratur nesse sentido de mudar essa imagem hipersexualizada da mulher brasileira?**

- Isso é muito importante. O



Ricardo Stuckert

Brasil não é um país exótico. O Brasil é um país extraordinário. São coisas que a gente precisa ter muito cuidado na hora de promover um país, na hora de pensar na promoção, na linguagem, na estética, no design. Isso tudo, temos que ser muito cuidadosos. A mulher brasileira não é um produto brasileiro. Então, quando um governo pega uma marca Brasil que é feita em cima de um conceito e transforma em Brasil com Z, "visite e nos ame", ele indiretamente ou diretamente está promovendo algo muito grave de um reforço de estereótipo que combatemos o tempo inteiro. Então, a primeira coisa que fizemos no primeiro mês na Embratur, foi retomar a marca Brasil. A marca Brasil nasceu em 2003 em um projeto chamado Projeto Aquarela, que é uma marca feita com cores. E essas cores são um conceito. Cada cor é como um turista internacional enxergou o Brasil. Então, o amarelo vem do sol, que é uma imagem que o turista internacional reconhece, identifica no Brasil. O azul é do mar, o verde é da mata, o branco é das religiões e da religiosi-

dade, o vermelho é das festas, o laranja é da alegria do povo. Então, essas cores misturadas num conceito que forma o Projeto Aquarela e define a marca Brasil, recuperamos esse conceito. E é o Brasil com S, o Brasil do sabor e do saber, o Brasil das curvas do rio, o Brasil da ginga, o Brasil da dança, da cultura. Então, isso está muito forte na mensagem sobre a imagem brasileira. Logo no início da nossa gestão, tomamos conhecimento de que "coaches" americanos estavam "ensinando americanos a namorar no Brasil". Soubemos que mulheres brasileiras eram convidadas a festas desconhecendo que faziam parte de um grande esquema de "turismo sexual". Imediatamente, formalizamos uma denúncia e eu fui pessoalmente ao doutor Andrei Rodrigues e formalizei na Polícia Federal a denúncia. O turismo de base sexual não é um debate de turismo, não existe esse modelo de turismo. O que existe é uma coisa chamada exploração sexual, não existe turismo sexual. O que existe é a exploração sexual que é crime previsto no Código Penal e isso é caso de polícia.

Nós formalizamos, abriu-se um inquérito e a Polícia Federal deu prosseguimento a isso. Então, não há conversa. Qualquer coisa que envolva exploração sexual é crime e é tratado assim. Turismo não tem a ver com isso. Turismo tem a ver com uma outra realidade mais de Brasil com o qual a gente é muito cuidadoso.

- Como é a relação da Embratur com um Ministério do Turismo e que é comandado por um ministro do União Brasil?

- A Embratur é uma entidade autônoma que desempenha um papel vital no contexto do turismo. A Embratur é responsável pelo turismo internacional, pela imagem e promoção do Brasil, bem como pela participação em feiras internacionais. Por outro lado, o Ministério do Turismo é encarregado da infraestrutura e do turismo interno. Essa distinção é bastante clara. Não há nenhuma interferência nem do Ministério do Turismo na Embratur nem da Embratur no Ministério do Turismo. A relação é de diálogo, como tem que ser, com a base do governo. O governo, o

nosso governo, tem 130 deputados, dos 513, então, evidentemente, você tem que dialogar, tem que compor, senão você não governa. Dialogando e compondo já é difícil governar. A gente conseguiu governar bem no primeiro ano, a gente conseguiu aprovar as coisas mais importantes, mas evidentemente que tem sobressaltos, dificuldades e desafios. Mas ali a relação é uma relação de diálogo. Eu fui deputado, fui líder no governo passado, líder da oposição, convivi com o ministro Celso Sabino enquanto deputado. Uma relação de muito diálogo, sem nenhum atropelo de um lado ou de outro, como tem que ser. Como tem que ser em todas as áreas. Em todos os ministérios têm composições, como tem que ser, como é da República representativa.

- Quanto à discussão de transformar os crimes de narcotráfico e de milícias, em crimes federais, o que você acha dessa proposta?

- Eu acho que precisa ser muito mais amplamente debatido. O tráfico já é um crime federal. E a milícia também. A milícia já é investigada porque a milícia é máfia, já é crime organizado, então a Polícia Federal já investiga a milícia e já investiga o tráfico. A ideia de você federalizar, porque são duas coisas diferentes, já é crime federal. Já é crime que pode ser investigado pela Polícia Federal. O que não impede das polícias estaduais investigarem o que é importante. O efetivo da Polícia Federal, as pessoas precisam entender isso, o efetivo da Polícia Federal é muito reduzido. A Polícia Federal não tem efetivo hoje para investigar todo o crime organizado que tem em todos os estados num país do tamanho do Brasil. Se você federalizar hoje todos os crimes de milícia e de tráfico, vai fazer muito bem para

a milícia e para o tráfico, porque não há efetivo da Polícia Federal, o que não quer dizer que a Polícia Federal não deva investigar, não deva utilizar a inteligência, não deva trabalhar em parceria com os governos estaduais. Agora, a ideia de federalizar qualquer crime de milícia, quem defende isso não conhece ou não sabe da estrutura que a Polícia Federal tem. Pergunte ao doutor Andrei, que é quem melhor entende da

**PERMANECEREI
NESTE CARGO
ATÉ 2026,
COMPROMETIDO
EM ENTREGAR
RESULTADOS
POSITIVOS E
ESTABELEÇER O
TURISMO COMO
UMA ALTERNATIVA
VIÁVEL**

Polícia Federal hoje, que é quem fala pela Polícia Federal, qual é o tamanho do efetivo. Uma coisa é a Polícia Federal atuar como deve em determinados casos, outra é atuar em todos os casos, dadas as limitações existentes, seria inviável para a Polícia Federal.

- E do ponto de vista pessoal, como está sendo essa experiência tão diferente da sua trajetória

política?

- Fiquei 30 anos da minha vida dedicado ao trabalho em Direitos Humanos e Segurança Pública lidando com questões muito concretas. Tive a honra de presidir algumas CPIs importantes no âmbito Estadual do Rio de Janeiro e contribuir para o pacote anti crime como deputado federal. Essa experiência de 30 anos é algo significativo e que continuarei a carregar comigo. Trabalhar com questões dessa natureza será parte integrante da minha vida, pois são temas que possuem relevância contínua. Atualmente, estou envolvido em um outro tema que foca na geração de emprego e renda, sendo mais propositivo do que reativo, e de grande importância para o governo brasileiro. Acredito que o sucesso do governo é crucial para a democracia brasileira, e tenho uma relação de longa data com o presidente Lula. Desejo contribuir e me dedicar a essa missão grandiosa que ele me confiou. Mergulhei de cabeça nesse assunto e estou verdadeiramente engajado. O turismo, no contexto do modelo de desenvolvimento do Brasil no século XXI, pode desempenhar um papel mais significativo como gerador de emprego e renda, de forma mais democrática do que outros setores. Embora meu foco esteja nesse desafio, também estou aberto a outras possibilidades. Com as eleições de 2026 se aproximando, ainda não tenho certeza de como minha vida se organizará até lá. Até o momento, permanecerei neste cargo até 2026, comprometido em entregar resultados positivos e estabelecer o turismo como uma alternativa viável para o modelo econômico. Este desafio de gestão tem sido enriquecedor, e, com uma equipe técnica competente, começamos a colher frutos expressivos em apenas um ano. •

HADDAD: "CUMpra-SE O ARcABOUÇO FISCAL"

Após reunião da área econômica com o presidente Lula, ministro reforça compromisso com responsabilidade fiscal e anuncia corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias para 2025

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) reforçou no início desta noite, após reunião da área econômica com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, o compromisso do Governo Federal com a responsabilidade fiscal.

Segundo o ministro, a partir de uma série de relatórios apresentados ao presidente, ficaram referendadas duas perspectivas: cumprir o arcabouço fiscal na maneira que ele foi aprovado pelo Congresso Nacional e realizar um corte de despesas obrigatórias de R\$ 25,9 bilhões no orçamento de 2025 a partir de um pente-fino já realizado pelos ministérios nos últimos 90 dias.

"A primeira coisa que o presidente determinou é: Cumpra-se o arcabouço fiscal. Não há discussão a esse respeito. Essa lei complementar foi aprovada no ano passado. Foi uma iniciativa do governo com a participação de todos os ministros. Não se discute isso. São leis que regulam as finanças públicas do Brasil e serão cumpridas", afirmou Haddad.

De acordo com o ministro, a Receita Federal está finalizando um relatório, que deve ser apresentado no dia 22 de julho, que pode significar contingenciamento e bloqueio de recursos em 2024 para "zerar a conta" e garantir que a meta fiscal seja cumprida. "Teremos a ordem de



O ministro Fernando Haddad (Fazenda) enfatizou que os cortes planejados foram feitos com base técnica pelas equipes dos ministérios.

Diogo Zacarias/MF

grandeza nos próximos dias", explicou o ministro da Fazenda.

Despesas obrigatórias

Haddad informou que desde março os ministérios têm feito uma análise criteriosa de despesas obrigatórias e em cadastros e bases de dados. A partir disso, já foram identificados, segundo o ministro, R\$ 25,9 bilhões que serão cortados assim que os ministérios forem comunicados dos limites para a elaboração do orçamento de 2025, que será apresentado ao Congresso Nacional em agosto.

"Isso tudo foi feito com as equipes dos ministérios. Não é um número arbitrário. Foi levantado na linha daquilo que não se

coaduna com o espírito dos programas sociais que foram criados. Não tem chute, tem base técnica, a partir de cadastros, leis aprovadas. Foi feito um batimento e chegamos a esse número", disse o ministro.

Além de Haddad e do presidente Lula, participaram da reunião no Palácio do Planalto o ministro Rui Costa (Casa Civil), as ministras Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos), além do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e do secretário especial de Análise Governamental da Casa Civil, Bruno Moretti.



Deputado Merlong Solano

A ESPECULAÇÃO COM O DÓLAR E A AUTONOMIA DO BC

Merlong Solano Nogueira

O Brasil tem sofrido nos últimos 2 meses um forte ataque especulativo contra o real, que levou o dólar de R\$ 5,11 para mais de R\$ 5,60. Fatores externos à parte, com sua grande influência nos fluxos de câmbio, chama a atenção a postura do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Numa mistura de omissão e ação de sabotagem contra o Brasil, tem sido determinante sua contribuição para a onda

especulativa, embora setores da mídia, complacentes com o presidente do BC, prefiram atribuir a situação ao presidente Lula em razão de suas críticas à atuação da autarquia.

O Brasil tem condições de enfrentar o ataque ao real. Em 2 meses, as reservas cambiais do país saltaram de US\$ 352 bilhões para US\$ 357 bilhões, recursos que podem ser utilizados para conter a especulação. Mas, ao contrário do que ocorreu no governo Bolsonaro, Campos Neto -indicado pelo ex-presidente- ficou estranhamente imobiliza-

do, não atuando no mercado de câmbio para segurar a cotação.

No governo anterior, quando surgia um movimento de especulação cambial, Campos Neto usava as reservas internacionais -que, aliás, foram acumuladas nos governos Lula e Dilma. No governo militarista passado, o presidente do BC usou US\$ 65,8 bilhões a fim de manter o câmbio sob controle. Só na véspera das eleições de 2022, Campos Neto vendeu US\$ 20,85 bilhões.

Agora, não só ficou inerte como fez declarações que con-



Edilson Rodrigues/Agência Senado

tribuíram para agravar a crise cambial. Ao comentar a questão fiscal, disse que não era da sua conta -mas ajudou a encher as burras de quem especula com o dólar no Brasil. Participou de convescote com banqueiros e integrantes da oposição ao governo Lula. Há algo estranho no ar que precisa ser investigado.

Na prática, a fala do presidente do BC, e não as de Lula, impulsionou a apreciação do dólar, muito mais do que em outros países latino-americanos. Campos Neto ajudou quem apostou na ausência de intervenção do BC. Uma investigação é necessária para se saber os nomes das empresas e dos rentistas que ganharam com a paralisia do BC frontalmente contrária aos interesses nacionais. O presidente Lula está certo: um presidente do BC não pode se achar mais importante que o chefe do Executivo federal, eleito por mais de 60 milhões de

brasileiros.

Ora, o próprio site do BC mostra: "O Banco Central regula o mercado de câmbio e autoriza e supervisiona as instituições que nele operam. O Banco Central tem atribuição para executar a política cambial, podendo atuar diretamente no mercado, comprando e vendendo moeda estrangeira de forma ocasional e limitada, com o objetivo de conter movimentos desordenados da taxa de câmbio". O presidente bolsonarista do BC ignora o papel legal da entidade que preside. Aposta ostensivamente no enfraquecimento do real e, para consolidar essa atitude antinacional, não interfere no câmbio. Com a certeza da impunidade, Campos Neto sinaliza para o mercado inação completa, o que estimula um ataque especulativo ao real. Trata-se de uma verdadeira sabotagem contra o Brasil.

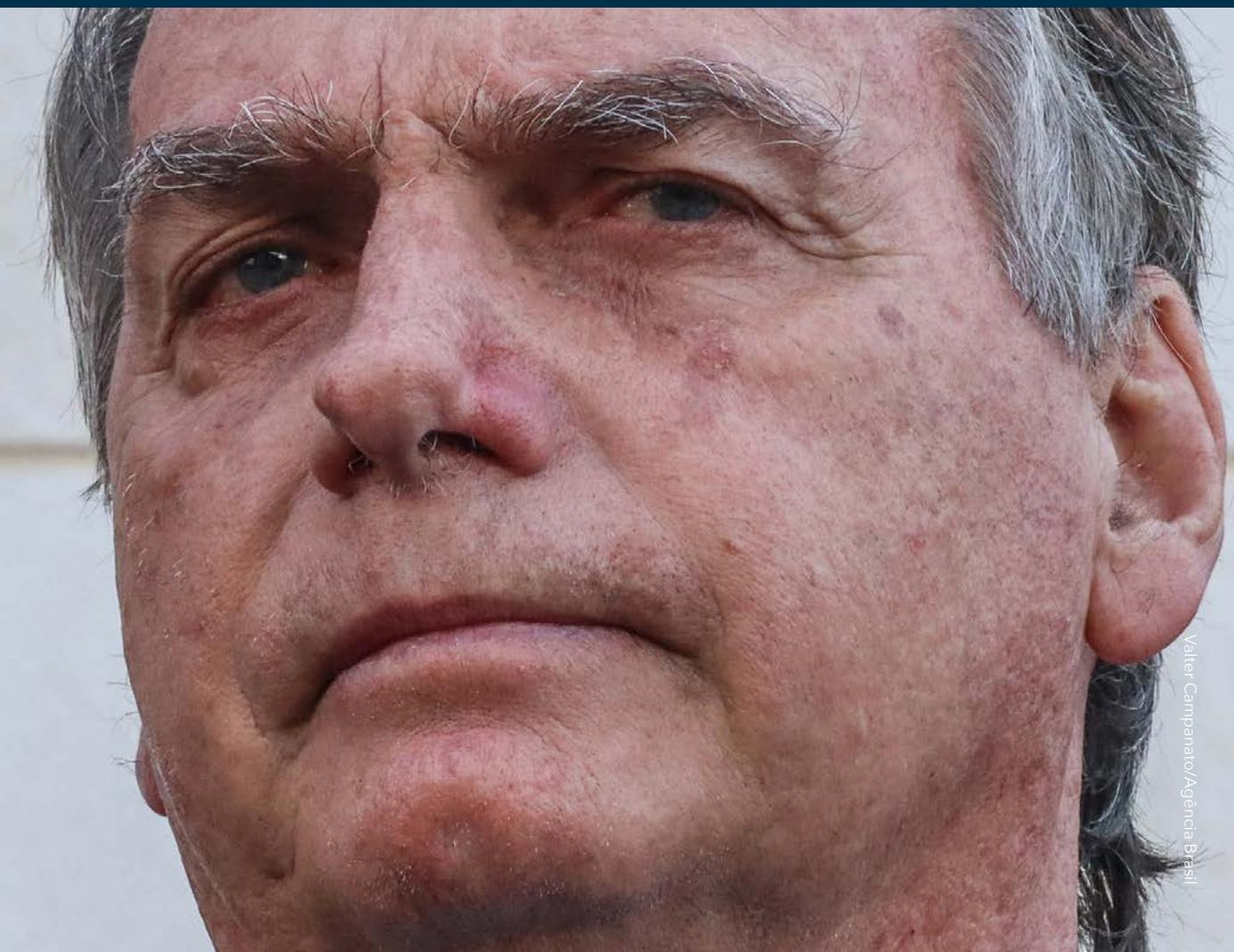
Mais grave é que esse estímulo à desvalorização do Real também estimula uma alta das expectativas inflacionárias. Com isso, Campos Neto reforça seu próprio argumento em prol da alta nas taxas de juros, atendendo aos especuladores, rentistas e ao "mercado". Não tem perfil técnico, mas sim, o de um opositor ao governo Lula.

Todo esse cenário remete a uma questão: a tão falada autonomia plena do Banco Central. Engavetado por quase 30 anos, o projeto que concede autonomia formal ao Banco Central foi aprovado no governo passado, capturado pelo sistema financeiro. Como a bancada do PT na Câmara denunciou há 10 anos, tratava-se, na prática, da permissão para que um órgão estratégico ficasse descolado das plataformas dos governos escolhidos pelos brasileiros nas urnas.

Antes da mudança, nunca faltou ao Banco Central a autonomia operacional necessária para executar a política monetária, ou seja, a capacidade de fazer suas escolhas para perseguir as metas de inflação fixadas pelo Poder Executivo por intermédio do Conselho Monetário Nacional. A autonomia, como vemos agora com Campos Neto, assegurou a um segmento burocrático do Estado -submetido à forte influência do já privilegiado sistema financeiro- o poder de agir independentemente do Executivo e do programa do governo eleito para promover a retomada do caminho do desenvolvimento com justiça social e do combate às desigualdades sociais e regionais. A autonomia do BC significou aprofundamento do secular modelo elitista do Brasil.

Merlong Solano Nogueira é deputado federal (PT-PI) e vice-líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados.

Artigo publicado originalmente no site Poder 360 em 4/7/2024



Valter Campanato/Agência Brasil

BOLSONARO E EX-ASSESSORES SÃO INDICIADOS EM CASO DE DESVIO DE JOIAS

O ex-presidente deve responder por três crimes: organização criminosa, lavagem de dinheiro e peculato

Nesta segunda-feira (8), foi derrubado o sigilo da investigação da Polícia Federal em relação ao desvio das joias milionárias recebidas pelo então presidente Jair Bolsonaro durante o mandato. Quem determinou a quebra foi o ministro Alexandre de Moraes, já que o relatório final foi enviado ao Supremo Tribunal Federal. De

acordo com as informações da PF, o suposto esquema contou com a apropriação indevida de itens com valor de mercado estimado em até R\$ 6,8 milhões.

A investigação aponta o envolvimento de Bolsonaro e mais 11 pessoas, a maior parte ex- assessores, incluindo o ex-ajudante de ordens, o tenente-coronel Mauro Cid, um dos operadores na comercialização e na empreitada

para recuperar os objetos sauditas no exterior, após o Tribunal de Contas da União determinar a devolução dos itens para o acervo da Presidência da República. Neste contexto, o ex-advogado de Bolsonaro Frederick Wassef foi até a Flórida, nos Estados Unidos, para comprar de volta um relógio Rolex que havia sido vendido.

Mensagens no celular de Cid apontaram tentativas de comercialização das joias e implicaram

o ex-assessor Marcelo Câmara, com quem o militar trocou informações e explicitou temer que o assunto fosse investigado. O pai do ex-ajudante de ordens, o general Mauro Cesar Lourena Cid, também acabou envolvido ao aparecer no reflexo de uma foto que foi utilizada como mostruário nas negociações de venda.

Dentre o conjunto de joias sauditas, destacam-se abotoaduras, esculturas, um rosário islâmico, anéis e um relógio de ouro branco. Bolsonaro foi indiciado por três crimes: organização criminosa (com penas de um a três anos de reclusão); lavagem de dinheiro (de três a 10 anos) e peculato (apropriação de bem público), com pena de dois a 12 anos de reclusão.

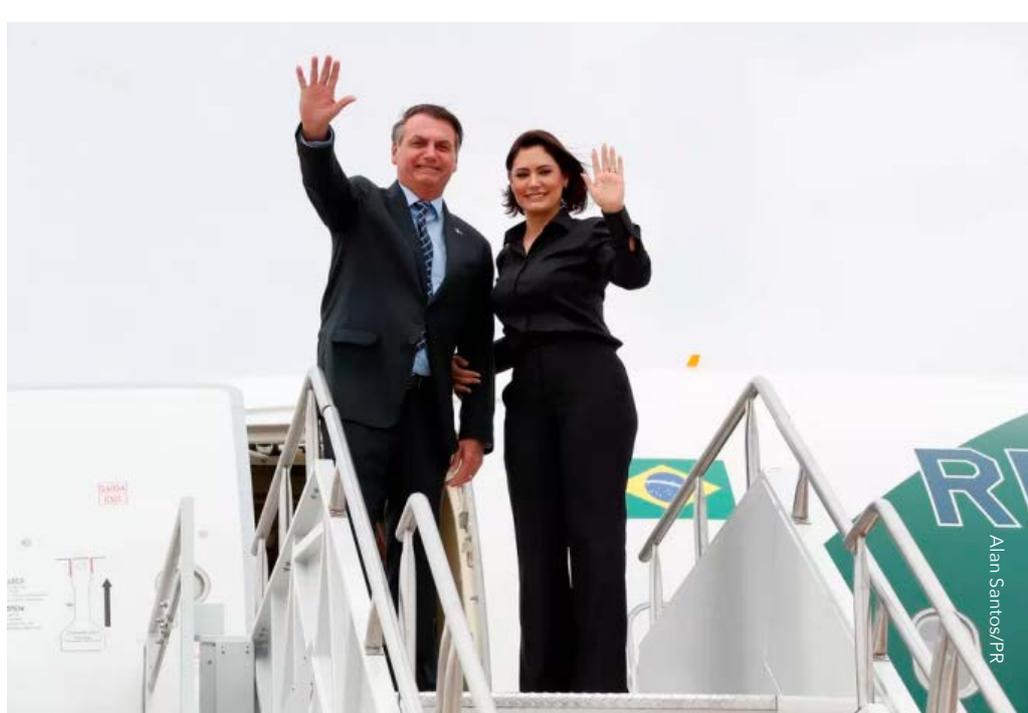
A apuração da Polícia Federal apontou que o avião presidencial foi utilizado três vezes para o transporte dos objetos com o intuito de comercialização. A partir da investigação junto a Mauro Cid, foi revelada a preferência por dinheiro vivo nas transações para que não houvesse movimentação bancária, especialmente no nome de Bolsonaro.

"Identificou-se, ainda, que os valores obtidos dessas vendas eram convertidos em dinheiro em espécie e ingressavam no patrimônio pessoal do ex-presidente da República, por meio de pessoas interpostas e sem utilizar o sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem, localização e propriedade dos valores", diz o relatório.

Segundo o documento, existe a possibilidade de que o montante tenha sido utilizado para que Bolsonaro e família permanecessem em solo norte-americano após o líder da extrema-direita perder as eleições no Brasil. "Tal fato indica a possibilidade de que os proventos obtidos por meio da venda ilícita das joias desviadas do acervo público brasileiro, que, após os atos de lavagem especificados, retornaram, em espécie, para o patrimônio do ex-presidente, possam ter sido uti-



Reprodução



Alan Santos/PR

lizados para custear as despesas em dólar de Jair Bolsonaro e sua família, enquanto permaneceram em solo norte-americano", aponta a investigação.

Em entrevista à revista Carta Capital, o jurista Pedro Serrano afirma: "É um relatório contundente, com provas intensas. Os advogados de Bolsonaro terão muito trabalho para poder desmontá-las, se é que vão conseguir fazer isso". Serrano acredita ser improvável que a Procuradoria Geral da República opte pelo arquivamento, mas defende que seja assegurada a ampla defesa ao ex-presidente. O prazo da PGR para pedir mais provas, arquivar o

caso ou apresentar denúncia é de 15 dias.

Nesta terça-feira, a Folha de S. Paulo trouxe a informação de que a defesa dos indiciados deve apelar para uma manifestação assinada, em agosto do ano passado, pela então vice de Augusto Aras na PGR, Lindôra Araújo, para dar respaldo legal à tese de que o inquérito das joias deveria tramitar na Justiça Federal de Guarulhos (SP), e não no STF. O caso chegou até a corte suprema e nas mãos de Moraes por uma conexão com as investigações sobre as milícias digitais, tese rejeitada por Lindôra, que afirma que os fatos "não ostentam vinculação alguma".

A NOVA ESTRATÉGIA DA DIREITA

Emir Sader

Na era neoliberal, os partidos que assumiram esse modelo, tiveram vitórias generalizadas. Começaram na Europa e se estenderam à América Latina, generalizando-se praticamente para todo o mundo.

O novo modelo pretendia encarnar uma série de ideias e valores que pretendiam preparar o campo ideológico para a hegemonia do novo modelo. Nunca se havia dado um período de tão intensa luta ideológica, levada a cabo tanto pelos meios tradicionais e novos, globalizados, que promoviam uma visão de mundo renovada.

A crítica ao Estado desembocava na apologia do mercado, que promovia a mercantilização das relações sociais. Um processo que promovia, ao mesmo tempo, a liberdade dos indivíduos, confundida com o acesso ao mercado. A esfera mercantil exalta o protagonismo dos empresários e dos consumidores como seus sujeitos.

Essa é a expressão concreta da hegemonia neoliberal em escala mundial, que faz da esfera ideológica seu elemento de maior força. O aspecto de maior força da hegemonia norte-americana é o chamado "american way of life". No estilo de vida que tem no consumo - e no shopping center em particular - seu eixo.

A identificação entre ser e ter expressa essa visão de mundo. Não é o cidadão, sujeito de

direitos, sua referência, mas o consumidor, que tem acesso a recursos, para dispor de bens. A exaltação da liberdade individual e sua identificação com a liberdade de acesso a bens é característica do neoliberalismo. Um acesso que passa pelo filtro de sociedades extremamente desiguais. Não seria livre quem não tem acesso a bens fundamentais - situação da grande maioria da população nos países do Sul do mundo? A liberdade então teria preço?

Uma sociedade que se estrutura em torno das relações de mercado incrementa as desigualdades e torna mais difícil o acesso a bens para a maioria da população. Não pode ser uma sociedade em que a maioria consciente da população eleja os seus governantes. Daí a importância das disputas ideológicas, para incrementar a alienação, a falta de consciência social e política da população.

No livro "Guerras híbridas - das revoluções coloridas aos golpes", o russo Andrew Korytko afirma que a guerra híbrida é a combinação entre revoluções coloridas e guerras não convencionais. As revoluções coloridas - combinando ações de propaganda e uso das redes sociais - que buscam desestabilizar governos por meio de manifestações de massa pela manipulação de valores genéricos como democracia e liberdade. Se tratar de um golpe brando. Se ela não for suficiente para derrubar governos, a guerra híbrida avança para a guerra não convencional, o momento do golpe rígido.

É a nova estratégia da direita. A última tentativa de golpe militar foi contra Hugo Chávez, em 2002, que fracassou rapidamente. Já não era mais tempo desse tipo de golpe dos anos 1960 e 1970. Com as transições democráticas nos países que tinham tido ditaduras militares - Brasil, Argentina, Chile, Uruguai -, a direita teve que renovar seu arsenal de estratégias.

No Brasil a forma que assumiu a guerra colorida foram as manifestações de 2013. Mobilizações iniciadas com protestos contra o aumento de tarifas de transporte, protagonizadas basicamente por estudantes, que se estenderam por todo o país. Mas foram mudando de caráter. As mobilizações foram derivadas para a rejeição da política e a desqualificação dos políticos - que na prática se dirigiam contra o governo do PT e se prestando assim para serem manipuladas pelos meios de comunicação. Lemas como "O gigante acordou" e "Contra tudo isso que está aí", facilitaram transformar as manifestações de luta por uma reivindicação concreta de um tipo de ação contra o governo do PT.

Foi assim que aquelas mobilizações começaram a virar o cenário ideológico, que até ali consagrou a luta contra as desigualdades, levada a cabo pelos governos do PT. Se preparava para a virada de 2016, que levou ao golpe e à ruptura da democracia.

Emir Simão Sader é um professor de sociologia e cientista político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores.



SETORIAL DO PT DIVULGA NOTA EM APOIO À REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

“O texto destaca ainda a importância de proteger os direitos fundamentais e assegurar uma utilização ética da inteligência artificial, reconhecendo que sua regulação deve ir além dos aspectos técnicos, abrangendo também a proteção dos valores democráticos e sociais”, afirma a nota.

Ricardo BIMBO

O Setorial Nacional de Ciência & Tecnologia/Tecnologia da Informação do PT manifestou em nota oficial publicada nesta segunda-feira (8/7) apoio total à regulamentação do uso da Inteligência Artificial (IA) no Brasil, por meio do projeto de lei (PL 2.338/2023), atualmente em tramitação no Senado Federal. De acordo com o setorial, “a proposta traz avanços significativos para o uso adequado dessa tecnologia, especialmente ao adotar uma abordagem baseada em direitos e classificação de riscos”.

A inteligência artificial é uma das tecnologias mais transformadoras da atualidade, revolucionando diversos setores e processos. Utilizando algoritmos avançados

e grandes volumes de dados, a IA tem a capacidade de aprender, treinar seus algoritmos, adaptar-se e tomar decisões com precisão e eficiência sem precedentes. No entanto, seu potencial disruptivo traz desafios que precisam ser cuidadosamente gerenciados.

Diante disto, a regulação da IA é essencial para enfrentar os inúmeros impactos que essa tecnologia pode ter na vida dos cidadãos, influenciando profundamente a economia, a sociedade e a política, afetando diretamente direitos fundamentais. Seu uso desregulado pode resultar em problemas graves e, sem uma regulamentação adequada, práticas prejudiciais podem se enraizar de forma irreversível.

Tramita no Senado Federal o PL 2338/2023, que trata do desenvolvimento, fomento e uso ético e res-

ponsável da inteligência artificial no Brasil. A proposta traz avanços significativos para o uso adequado dessa tecnologia, especialmente ao adotar uma abordagem baseada em direitos e classificação de riscos.

O texto destaca a importância de proteger os direitos fundamentais e assegurar uma utilização ética da inteligência artificial, reconhecendo que sua regulação deve ir além dos aspectos técnicos, abrangendo também a proteção dos valores democráticos e sociais. Ao estabelecer diretrizes claras e princípios orientadores, o projeto visa garantir que a IA seja desenvolvida e utilizada de maneira a respeitar a dignidade humana, promover a justiça social e fomentar a inovação sustentável, assegurando um equilíbrio entre progresso tecnológico e bem-estar social.

Há ainda uma notável preocupação com pessoas e grupos vulneráveis, que é ressaltada em duas seções do texto. Estas seções trazem direitos específicos para aqueles que podem ser gravemente afetados por sistemas de IA. Entre esses direitos, incluem-se o direito à informação, à explicação e à revisão humana, assegurando que esses indivíduos não sejam prejudicados por decisões automatizadas e possam entender, questionar e contestar tais decisões de maneira justa e transparente.

O projeto ainda categoriza os riscos e impõe diferentes obrigações para os agentes de acordo com o nível de risco que o uso da IA oferece. Esta abordagem garante que as medidas regulatórias sejam proporcionais aos potenciais impactos de cada aplicação da IA. Além disso, introduz um sistema de governança e transparência, que inclui avaliações de impacto de algoritmos e mecanismos de fiscalização.

Outro ponto importante é a criação do SIA – Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), um ecossistema regulatório que será coordenado pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) em cooperação com autoridades setoriais, Comitê de Especialistas e Conselho de Cooperação Regulatória que será responsável pela supervisão e fiscalização do cumprimento da lei.

A proposição também aborda o fomento à inovação, direitos de autores e conexos, medidas de incentivo e sustentabilidade, além de incentivar microempresas, empresas de pequeno porte e startups. O projeto ainda dedica uma seção à proteção do trabalho e dos trabalhadores, estabelecendo diretrizes para mitigar impactos negativos, como a perda de empregos e oportunidades de carreira.

Com a incorporação da Emenda 53, apresentada pelo Senador Fabiano Contarato (PT/ES), essa seção foi fortalecida para combater a precarização do trabalho, va-

lorizando negociações coletivas e fomentando a capacitação, a ampliação de postos de trabalho e a valorização dos trabalhadores em atividade.

Cabe destacar ainda a Emenda 54, apresentada pelo Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Embora não acolhida pelo Relator, essa emenda chama a atenção para uma problemática que surgiu com o avanço dos sistemas de inteligência artificial: os deepfakes. Essa tecnologia tem sido constantemente utilizada para difamar e manipular a opinião pública, causando danos à reputação de indivíduos e influenciando processos políticos e sociais. Em contextos criminais, os deepfakes podem ser utilizados para fraudes, extorsões e outras atividades ilícitas, já em contextos eleitorais podem minar a integridade do processo democrático. Uma regulação de IA deve abordar também essa questão crítica.

Por fim, é necessário combater as recentes inverdades propagadas pela extrema direita a respeito do enquadramento das plataformas digitais como sistemas de alto risco. Classificar essas empresas como tal não é censura, mas uma medida necessária para garantir que não estejam acima da lei.

Ao serem classificadas como alto risco, os sistemas deverão passar por uma avaliação de impacto algorítmico para proteger os direitos fundamentais e mitigar riscos à saúde física e mental dos usuários. Concordar com a ausência da regulamentação é aceitar a violação de direitos e a perpetuação de práticas nocivas à sociedade.

Há ainda a desinformação sobre a fiscalização da lei, a entidade responsável pela aplicação da lei será a ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que atualmente possui três militares indicados pelo ex-presidente em sua diretoria. A ANPD é composta por mandatos não coincidentes, com um diretor sendo trocado a cada ano, e todos os diretores devem ser aprovados pelo Senado.

Não há no projeto de lei nenhu-

ma previsão que permita qualquer instituição interferir nos conteúdos online. A lei apenas impõe que no desenvolvimento e uso de sistemas de IA seja considerada a integridade da informação. Esse conceito foi estabelecido pela OCDE e ONU, foi defendido por 30 países em uma declaração liderada pela Holanda e Canadá em 2023, e visa a despolarizar o discurso sobre desinformação, focando no direito da sociedade a informações precisas, consistentes e confiáveis.

A manifestação da extrema direita ecoa o desejo das big techs de evitar regulamentações, de não serem enquadradas no projeto de lei e de escaparem à fiscalização de qualquer autoridade. Essa narrativa busca manter a hegemonia dessas empresas, permitindo que operem sem restrições e sem responsabilidade perante a sociedade.

Considerando o exposto, o Setorial Nacional de Ciência & Tecnologia/Tecnologia da Informação do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras vem, por meio desta nota, demonstrar seu apoio ao PL 2338/2023. Acreditamos que essa proposição é essencial para a promoção do desenvolvimento e uso de inteligência artificial ética, responsável e alinhada com os valores democráticos e sociais do Brasil. Entendemos que apenas regras principiológicas ou códigos privados de boas condutas já não são suficientes para mitigar os riscos e danos atuais causados pela IA.

Urge a necessidade de uma legislação robusta que regule e fiscalize o desenvolvimento e utilização dessa tecnologia, ao mesmo tempo que estimule práticas inovadoras dentro do país. Para que a IA seja um instrumento de progresso social genuíno, é essencial uma regulamentação que assegure seu desenvolvimento e aplicação de maneira ética, segura e em benefício de toda a sociedade.

Coordenador do Setorial de Ciência & Tecnologia/Tecnologia da Informação do Partido dos Trabalhadores



Reprodução: Mídia Ninja

FPA CRIA SITE SOBRE TRABALHO DE BASE PARA ORIENTAR DIRIGENTES DO PT

A Fundação Perseu Abramo acaba de lançar um site 100% dedicado ao trabalho de base. A iniciativa foi feita por dezenas de mãos, das mais variadas áreas e foi compilado após inúmeras reuniões

Redação Focus Brasil

A vitória de Lula em 2022 confirmou a preferência da maioria da população pelo projeto progressista do candidato petista. Mas a polarização, com a extrema-direita ainda com forte influência na disputa narrativa, tem feito o trabalho de base se tornar cada vez mais urgente.

Ainda que se mantenha como o maior Partido do país, é consenso que falta ao PT ampliar a sua atuação com a sua militância e simpatizantes a partir de materiais que orientem o posicionamento sobre diversos temas e como participar das atividades da legenda.

Ou melhor, faltava: a Fundação Perseu Abramo acaba de lançar um site 100% dedicado ao trabalho de base (veja endereço no final da página). A iniciativa foi feita por dezenas de mãos, das mais variadas áreas e foi compilado após inúmeras reuniões.

"Visando contribuir para atualizar o Trabalho de Base, a FPA propôs a elaboração de estudos conduzido por um grupo de voluntários que se engajaram, sob a coordenação do Presidente Paulo Okamoto, na tarefa de refletir e produzir conhecimento acerca do Trabalho de Base realizado hoje".

O principal material disponível no site é uma cartilha, que pode ser baixada e impressa, com o passo a passo para reali-

zar o trabalho de base. Com 32 páginas, o guia mostra com detalhes, e de maneira totalmente didática, pontos como "onde acontece o trabalho de base" e como "identificar militantes" e saber se o trabalho está apresentando resultados positivos.

Quem não quiser imprimir o material, pode acessar o guia completo online ou apenas os capítulos que precisa consultar. Além do guia, o site tem um passo a passo resumido que permite garantir a eficácia de qualquer atividade realizada na base.

No site também é possível fazer um cadastro para tirar dúvidas com o time de especialistas da FPA para que o trabalho de base seja feito da maneira mais eficiente possível. •



Registro oficial dos líderes do Mercosul em Assunção, no Paraguai.

MERCOSUL: LULA DISCURSOU EM ASSUNÇÃO NA 64ª CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO BLOCO

Ao discursar nesta segunda-feira em Assunção, na 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exaltou a importância do fortalecimento da democracia no continente e reforçou o papel estratégico da consolidação do Mercosul na integração regional.

Ao discursar nesta segunda-feira (8), em Assunção, na 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exaltou a importância do fortalecimento da democracia no continente e reforçou o papel

estratégico da consolidação do Mercosul na integração regional.

“Minha aposta no Mercosul como plataforma de inserção internacional e de desenvolvimento do Brasil permanece inabalável. Nosso bloco é um projeto ambicioso e que gerou muitos frutos desde seu lançamento. O comércio entre nós multiplicou-

se dez vezes e hoje já é de 49 bilhões de dólares. Precisamos de uma integração regional profunda, baseada no trabalho qualificado e na produção de ciência, tecnologia e inovação para geração de emprego e renda. O Mercosul é e seguirá sendo a grande aposta de inserção internacional e de desenvolvimento do Brasil”,

afirmou o presidente brasileiro, durante o evento no Paraguai.

Lula também destacou a importância de os países do Mercosul estarem atentos e trabalharem para enfrentar as desigualdades sociais no continente, sem retrocessos. “Para superar flagelos como a fome, a pobreza e as desigualdades, é importante contar com um Instituto Social forte, com meios para estabelecer metas e ações concretas. O Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos deve dispor dos recursos necessários para apoiar nossos países na complexa tarefa de garantir direitos e dignidade”, frisou.

Ao abordar a questão das mudanças climáticas, Lula lembrou a tragédia no Rio Grande do Sul, que também impactou o Uruguai, e alertou que, se não forem tomadas medidas concretas, os próximos anos tendem a ser ainda mais difíceis. O presidente ainda fez questão de agradecer o apoio recebido das nações vizinhas.

“A crise climática nos aproxima rapidamente de um cenário catastrófico. No último ano e meio, vivemos secas históricas na Amazônia, nos Pampas e no Pantanal brasileiro e boliviano, que também padeceram com incêndios nos últimos dias. Há poucas semanas, o Rio Grande do Sul sofreu enormes perdas humanas e materiais com inundações sem precedentes, que também impactaram o Uruguai. Além de agradecer a solidariedade de todos os sócios do Mercosul que ofereceram prontamente os mais diversos tipos de ajuda humanitária, quero fazer um chamado por maior engajamento e ambição climática”, disse o presidente.

Próxima parada

Na sequência da Cúpula do Mercosul, o presidente Lula seguiu, ainda na segunda-feira (8)



REPRODUÇÃO

para Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, para visita oficial e encontro bilateral com o presidente Luis Arce. É a primeira vez que o presidente brasileiro visita o país neste terceiro mandato. O presidente da Bolívia, por sua vez, esteve no Brasil quatro vezes no último ano, o que reforça a proximidade de laços entre os dois países. Na terça-feira (9), Lula tinha previsto uma reunião restrita com o presidente Luis Arce, seguida por reunião ampliada com autoridades e parte da delegação brasileira.

O Mercosul

O Mercosul foi criado há 33 anos, por meio do Tratado de Assunção e, de acordo ao Protocolo de Ouro Preto, a Presidência pro tempore do bloco é exercida pelos Estados Partes, em rodízio e em ordem alfabética, por seis meses. Ao final da cúpula, o presidente do Paraguai, Santiago Peña, passou a presidência do bloco ao presidente do Uruguai,

Luis Lacalle Pou.

Durante a Presidência do Paraguai, houve 14 reuniões ministeriais em várias áreas, com temas voltados para educação, saúde, justiça, trabalho, cultura, direitos humanos, meio ambiente, turismo, desenvolvimento social e população indígena. Entre as medidas tomadas, também está a criação de comitês, sendo um dos mais importantes o de áreas de controle integrado nas fronteiras.

O bloco econômico atualmente representa o equivalente à 7ª maior economia mundial, com PIB de US\$ 2,86 trilhões, e engloba 67% do território da América do Sul. Em 2023, o Brasil exportou US\$ 23,56 bilhões para o bloco e importou US\$ 17,09 bilhões, com superávit de quase US\$ 6,5 bilhões. A maior parte das exportações brasileiras foi composta por produtos industrializados, e as principais mercadorias comercializadas entre os membros do bloco são automóveis, peças automotivas, energia e soja.

JAVIER MILEI PARTICIPA DE EVENTO DE EXTREMA DIREITA EM SANTA CATARINA

O presidente argentino encerrou sua primeira viagem “privada” ao Brasil com um discurso na bizarra conferência CPAC 2024 depois de encontrar-se reservadamente com empresários e políticos

A primeira visita de Javier Milei depois de eleito chefe do executivo argentino começou no sábado, 6, em Balneário Camboriú, Santa Catarina, e durou menos de 24h. Milei foi recebido pelo governador do estado e seguiu para um hotel onde teve seu primeiro encontro com o inelegível e indiciado Jair Bolsonaro. Eles assistiram juntos ao jogo de futebol do Brasil, que foi eliminado da Copa América pelo Uruguai.

A Embaixada da Argentina comunicou ao Ministério das Relações Exteriores a vinda do presidente dizendo tratar-se de agenda “privada” e recusou qualquer auxílio por parte do governo brasileiro. O apoio ficou a cargo do governo local que disponibilizou dois carros e escolta policial ao presidente argentino.

No domingo, 7, o “anarcocapitalista”, junto com a comitiva argentina, realizou uma reunião em Camboriú com empresários da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), entre eles representantes do Grupo Tigre, da FARBEN Tintas, do Grupo DASS, das Exportações AURORA, da XP Investimentos e da Etesco Ltda.

No encontro, também estiveram presentes o indiciado Jair Bolsonaro; seu filho Eduardo Bolsonaro; o Governador de Santa Catarina, Jorginho Mello;



Divulgação/Eduardo Valente

e funcionários do governo catarinense.

Outros políticos extremistas participaram do encontro que foi patrocinado por empresas como Unimed, Bolsonaro Store, Bolsonaro Vinhos, Aprosoja entre outros. Alguns deputados e deputadas federais e estaduais participaram. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, compareceu com seu secretário de Segurança Pública.

No seu discurso, Javier Milei repetiu o tresloucado discurso sobre liberdade de expressão, governos socialistas ditadores, censura e etc. Atacou o Foro de São Paulo. Disse que o Bolsonaro pai era “vítima” de uma “execução judicial”. Terminou sua performance com gritos gritos de “viva la libertad, carajo”.

Eduardo Bolsonaro fez um discurso negacionista para encerrar o evento. Estava acompanhado do norte-americano Matt Schlapp, presidente da CPAC original. Chamou Lula de comunista, atacou a ONU, disse que as calotas de gelo não estão derretendo, entre outros delírios.

No telão, uma imagem pedia anistia para Filipe Martins, ex-assessor de Bolsonaro, o ex-deputado Daniel Silveira, Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal, e para as pessoas presas após o ataque aos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro. Fotos de Cleriston da Cunha, preso por participar dos atos golpistas, que morreu após ter problemas de saúde na prisão também foram exibidas, além de uma galeria de fotos de

outros condenados pela tentativa de golpe.

Javier Milei voltou diretamente para a Argentina levando para casa a medalha 3is, entregue pessoalmente pelo inelegível e indiciado ex-presidente ao seu "hermanito". O "mimo" já foi entregue ao presidente Viktor Orban, da Hungria, e ao jogador Neymar.

De onde vem a CPAC

A CPAC (Conservative Political Action Conference) foi organizada nos Estados Unidos em 1973/1974. A primeira versão brasileira da Conferência de Ação Política Conservadora aconteceu em 2019 por iniciativa do filho 03 do capitão reformado, Eduardo Bolsonaro.

Em seu site, descrevem como "essência de seus valores" a defesa da "Constituição de 1787, o fortalecimento da soberania nacional e a crença de que apenas governos com poder limitado são capazes de garantir a liberdade individual". Pregam que "agentes públicos eleitos, lideranças conservadoras e milhares

de ativistas" possam aprofundar e ampliar "o conhecimento enquanto capacitam conservadores com habilidades para se tornarem ativistas mais eficazes".

Embora seja o mentor da versão tupiniquim do que seria um "instrumento de ampliação de conhecimento", Eduardo Bolsonaro é réu em uma queixa-crime por calúnia e difamação depois de comparar professores a traficantes de drogas, em dezembro de 2023.

Javier Milei já havia participado de outras edições da CPAC EUA. A última delas foi em fevereiro quando se encontrou com Donald Trump.

Ofensas ao Presidente Lula

Em uma postagem nas redes sociais na semana passada, Javier Milei fez críticas agressivas ao presidente Lula, chamando-o de "dinossauro idiota". Durante a campanha eleitoral, ele já havia se referido ao presidente brasileiro por "comunista". Além do insulto, Milei atacou o líder brasileiro sobre outros assuntos, incluindo a tentativa de golpe de estado na Bolívia.

"Se tivéssemos seguido os conselhos desse grande dinossauro idiota, já teríamos perdido", escreveu Milei no X.

O atual presidente da Argentina também se envolveu em um conflito com o presidente da Espanha ao acusar a primeira dama do país de corrupção.

A relação entre Argentina e Brasil é uma das mais estratégicas e importantes na América do Sul, caracterizada por uma forte parceria econômica, política e social. Ambos os países são as maiores economias da região e membros fundadores do Mercosul, um bloco econômico que visa a integração regional e o fortalecimento do comércio intra-regional.

A cooperação entre os dois países abrange diversos setores, incluindo energia, infraestrutura e defesa, contribuindo para a estabilidade e o desenvolvimento do continente sul-americano.

A próxima reunião do Mercosul acontece nesta segunda-feira, 8. O governo argentino anunciou que vai enviar um diplomata para representar o país já que o presidente não irá.

ALCKMIN DIZ QUE 'MAU GOSTO DE MILEI' NÃO INTERFERE NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ARGENTINA

O vice-presidente também comentou sobre a cotação do dólar e a manutenção da taxa selic em 10,5%. "O mercado é estressado", disse

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) afirmou nesta terça-feira (9) em um evento do Sebrae que as relações comerciais entre Brasil e Argentina não serão afetadas pelas divergências entre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Javier Milei, informa o G1. "São relações de Estado. O mau gosto do Milei é assunto dele. Temos que fortalecer as relações de Estado", afir-

mou Alckmin, que está no exercício da Presidência.

O presidente argentino publicou ataques contra Lula na semana passada, o chamando de "perfeito dinossauro idiota". O presidente brasileiro não respondeu às críticas por orientação de aliados, que afirmam que uma resposta daria palanque para o ultraliberal. Milei viajou para o Brasil no último final de semana para participar de um fórum de extrema-direita em Santa Catarina, e não esteve presente na reunião de cúpula do Mercosul. Lula disse que a ausência do argenti-

no foi uma "bobagem imensa".

Geraldo Alckmin também comentou sobre a cotação do dólar e a manutenção da taxa selic em 10,5%. Ele afirmou que ambas tendem a cair e que o "mercado é estressado". "Se olhar o tripé macroeconômico, o câmbio é flutuante. Do mesmo jeito que subiu, ele reduz. Ele tem oscilações e deve ser flutuante mesmo. Acredito que vai cair mais. A tendência é que caia mais. É que o mercado é estressado. Não tem nenhuma razão para ter ido no patamar que foi. A tendência é que ele caia", declarou.

EUA – UMA ELEIÇÃO INSUSTENTÁVEL

Jana Silverman

No país mais poderoso do mundo, as opções políticas nas contendas eleitorais programadas para o mês de novembro deste ano parecem mais fracas e insossas do que em qualquer outro ciclo político recente. Por um lado, um ex-presidente condenado na justiça por crimes de fraude e suborno, que representa um projeto político de extrema direita xenofóbica, misógina e pseudo-populista. Por outro lado, um presidente atual eleito octogenário, com suas capacidades mentais e físicas minguando, que tem deixado de lado uma fração majoritária do programa social-liberal que levou ele a vitória nas eleições de 2020. E no meio, um eleitorado estadunidense polarizado, desmoralizado e descontente com as opções políticas apresentadas para ele, criando assim uma situação politicamente insustentável.

Após a condenação inédita do Trump nas cortes estaduais de Nova Iorque a finais de maio, se esperava que o pré-candidato do Partido Democrata, Joe Biden, ia decolar nas pesquisas pré-eleitorais. Contudo, essa viravolta positiva para o Biden não se materializou, em grande parte devido a sua rejeição entre o eleitorado mais à esquerda que não concorda com a cumplicidade do Biden com o genocídio atualmente em curso na Faixa de Gaza, e também devido a percepção de uma

grande fração do eleitorado que ele não tem mais as aptidões necessárias para carregar nos ombros o peso do cargo da Presidência dos EUA.

Após a performance desastrosa do Biden no debate televisiva a noite de 27 de junho, quando ele se mostrou cansado, obtuso e desconcentrado, começou um movimento pedindo que ele fique de lado para que outro candidato mais enérgico e jovem possa assumir a campanha presidencial, com uma aderência importante tanto dentro quanto fora do Partido Democrata. O jornal influente New York Times publicou um editorial vigoroso pedindo a renúncia da candidatura do Biden o dia após o debate, os doadores mais atuantes no Partido Democrata começaram a questionar publicamente a aptidão do Biden, e vários deputados federais dos eleitoralmente importantes swing states de Arizona e Pennsylvania estão encorajando o partido a escolher outro candidato. O nível de aprovação do Biden nas últimas pesquisas realizadas na 1ª semana de julho está flutuando em torno de apenas 36%. Do mesmo modo, Trump atualmente tem uma vantagem de dois pontos sobre o Biden com respeito às preferências eleitorais de toda a população, e uma vantagem de três pontos nos estados swing states que determinarão o resultado das eleições, devido ao funcionamento do Colégio Eleitoral.

Será que o Biden vai prestar atenção a esses chamados para

ele se abduque como candidato do Partido Democrata? Caso que sim, a candidata sucessora seria a Vice-presidenta Kamala Harris mesmo, ou outro oponente? Por enquanto, todos os sinais se apontam que o Biden quer persistir obstinadamente em manter sua candidatura, a pesar da sua imagem frágil ante a opinião pública e sua política externa altamente impopular entre o eleitorado estadunidense mais progressista. Infelizmente, devido às peculiaridades históricas, institucionais e estruturais do sistema político dos EUA, é muito pouco provável que veremos uma repetição dos resultados observados na França a semana passada, quando uma Frente Popular de esquerda e centro-esquerda conseguiu vencer o neofascismo. A gerontocracia social-neoliberal que lidera o Partido Democrata está mostrando sinais que não vai abrir mão da candidatura do Biden para construir uma opção política que terá maiores chances de energizar o eleitorado e enterrar a possibilidade de Trump ganhar um segundo mandato, que com certeza seria mais destrutivo para a classe trabalhadora, o meio ambiente e o mundo do que o primeiro. Dado o que está em jogo, e a pesar da conjuntura política insustentável e incerta, só resta torcer que a democracia estadunidense, mesmo na sua forma truncada atual, possa vencer nas urnas em novembro.

Professora de Relações Internacionais, Universidade Federal do ABC (UFABC) e Coordenadora, Comitê Internacional, Democratic Socialists of America (DSA)



ROUANET RS: COMO FUNCIONA MEDIDA PARA AUXILIAR O SETOR CULTURAL DO ESTADO

Programa faz parte das ações de retomada do Rio Grande do Sul depois das cheias que atingiram o estado de forma devastadora

Anunciado na última quarta-feira (3) junto a outras medidas emergenciais do Ministério da Cultura (MinC) para auxiliar o setor cultural do Rio Grande do Sul, o Programa Emergencial Rouanet RS vai destinar investimentos extraordinários para projetos de agentes culturais do estado, utilizando incentivos fiscais da Lei Rouanet. As regras iniciais foram definidas pela Instrução Normativa nº 14, de 12 de junho de 2024,

e alteradas pela IN nº 15, de 27 de junho de 2024.

O programa vai atender projetos novos e os que já foram aprovados por análise do MinC. Hoje estão cadastrados 889 projetos do Rio Grande do Sul aptos a captar recursos com patrocinadores - incluindo 50 Planos Anuais ou Plurianuais de instituições culturais. Juntos, esses projetos totalizam a possibilidade de captação de R\$ 1,5 bilhão.

O programa define a tramitação prioritária para análises téc-

nicas dos projetos com ações culturais a serem realizadas no Rio Grande do Sul por proponentes (produtores, instituições ou artistas) sediados no estado. Projetos de agentes culturais sediados em outros lugares podem ser contemplados desde que sejam, exclusivamente, para realização de ações de restauro de patrimônio cultural material do RS.

O MinC tem dialogado com os principais investidores da Rouanet com o objetivo de estabele-



Luciele Oliveira / MinC

cer parcerias que viabilizem mais investimento para os projetos do RS. No lançamento da iniciativa, 12 empresas, entre privadas e estatais, aderiram ao programa. São elas: Grupo Itaú, Vale, Shell Brasil, Neoenergia, Santander, Fundação Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Accelor Mittal, Instituto EDP (EDP Brasil), Grupo CMPC (Brasil), Hyundai Motor Central, Petrobras e Banco do Brasil. A partir de manifestação da empresa, o MinC promoverá reuniões bilaterais para definição do volume de investimento e do calendário de aporte, que poderá ser realizado até junho de 2025.

Seleção

Para selecionar os projetos

que receberão os recursos, será criado um comitê gestor, com a participação do MinC, que o presidirá, da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), das entidades culturais da região e dos patrocinadores parceiros. Caberá a esse Comitê Gestor a definição dos critérios de escolha e da própria seleção dos projetos a serem financiados pelo Programa, a partir do calendário de investimentos pactuado com as empresas investidoras.

Flexibilização

Para atender ao caráter emergencial necessário ao setor cultural do estado, as exigências para execução dos projetos do

Programa Rouanet RS também serão flexibilizadas.

Dessa forma, enquanto os demais projetos inscritos pela Lei Rouanet devem captar, ao menos, 20% do valor total previsto para movimentar os recursos, no caso do Rio Grande do Sul esse percentual será de 10% para projetos normais e 1% para projetos de planos anuais/plurianuais.

Os prazos para captação e execução dos projetos serão, ainda, automaticamente prorrogados até 31 de dezembro de 2024, com possibilidade de extensão até o final de 2025 por solicitação dos proponentes, conforme necessidade e atualização dos cronogramas. Projetos já em fase de comprovação também terão seus prazos estendidos. •

05 de julho de 1939

GOVERNO ENQUADRA SINDICATOS

Getúlio baixa decreto com novas regras para a sindicalização: só será permitido um sindicato para cada categoria profissional. Para funcionar e representar seus associados ante as autoridades, eles precisarão ser formalmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O decreto vale para sindicatos de empregados e de patrões.

A partir da publicação do decreto, só seria permitida a existência de sindicatos oficiais, que ficariam proibidos de se envolver em questões políticas ou de se filiar a organizações trabalhistas internacionais. O orçamento dos sindicatos e as decisões das assembleias também se submeteriam à aprovação do Ministério do Trabalho, cujo ministro poderia intervir nos sindicatos que exorbitassem de suas funções legais ou não as cumprissem.

Segundo a exposição de motivos do decreto-lei sancionado pelo presidente da República, “toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão”.

Os sindicatos passaram a ser definidos como a base da estrutura sindical, podendo ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. Um mínimo de cinco sindicatos da mesma categoria e do mesmo estado poderia formar uma federação. Da mesma maneira, seria possível, com um mínimo de três federações, formar uma confederação, de alcance nacional.



Ministério da Cultura

06 de julho de 2004

MINC CRIA PONTOS DE CULTURA NA PERIFERIA

Por meio da Portaria nº 156, o Ministério da Cultura (MinC) cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (“Cultura Viva”), com o objetivo de “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade”.

A partir desse programa, surgiriam os Pontos de Cultura – espaços físicos espalhados pelos estados numa rede de disseminação de diversos tipos de manifestações culturais, especialmente na periferia dos grandes centros e no interior.

O financiamento dos Pontos de Cultura se daria por meio de recursos do governo federal e

de parceiros públicos e privados, selecionados por meio de editais públicos, lançados pelo Ministério da Cultura, governos estaduais e municipais ou por outras instituições. A adesão à rede seria voluntária.

Até o final de 2010, seriam implantados 3.920 Pontos de Cultura, com um investimento total de R\$ 391,6 milhões na manutenção dos espaços e na promoção de atividades culturais.

Dez anos depois, em 22 de julho de 2014, a presidenta Dilma Rousseff sancionaria a Lei nº 13.018/2014, instituindo legalmente a Política Nacional de Cultura Viva, simplificando e desburocratizando os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil.



Arquivo Público do Estado de São Paulo

07 de julho de 1978

CONTRA DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA RACIAL, NASCE O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

Militantes de grupos negros, estudantes, atletas, artistas e representantes de organizações culturais realizam em São Paulo uma grande manifestação contra o racismo. Em frente às escadarias do Teatro Municipal, mais de 2 mil pessoas protestaram indignadas contra episódios recentes de violência contra negros. O ato foi o marco da criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), depois rebatizado simplesmente de MNU.

Em maio, a polícia militar assassinara sob tortura Robson Silveira da Luz, um jovem de 22 anos. Robson havia sido preso, acusado de roubar frutas numa feira em Guaianazes, na zona leste de São Paulo. À sua mulher grávida, a polícia disse que ele sofrera um acidente. Em outro acontecimento, quatro jogadores de vôlei negros foram impedidos de entrar no Clube Tietê por sua cor. O caso de Robson, a discriminação aos atletas e o assassinato de outro cidadão ne-

gro, o operário Newton Lourenço, morto pela polícia no bairro da Lapa, causaram forte comoção entre os militantes negros.

Desde o fim da escravatura os negros brasileiros vinham buscando se organizar em defesa de seus direitos e no combate à discriminação racial. Entretanto, durante a ditadura militar, todos os esforços nesse sentido foram reprimidos e esvaziados pela propaganda do regime, que exaltava a "democracia racial brasileira" e estigmatizava os ativistas como imitadores dos negros americanos.

A manifestação histórica do dia 7 de julho rompeu o silêncio do movimento negro. Foi distribuída no ato uma carta aberta que denunciava as condições de vida dos negros no Brasil. O protesto teve o apoio de entidades de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro. Prisioneiros da Casa de Detenção enviaram um documento de apoio ao movimento. Desde então a data entrou para

o calendário das lutas contra a discriminação racial.

O militante e jornalista Hamilton Bernardes Cardoso narrou os acontecimentos daqueles meses de 1978 nas páginas da seção afro-latino-América do jornal "Versus". Em novembro, o MNUCDR participaria do 1º Congresso Nacional pela Anistia, denunciando a violência policial contra os negros no Brasil, as condições subumanas da população carcerária e as torturas nos presídios.

Depois da redemocratização, o delegado Alberto Abdalla, responsável pela prisão de Robson da Luz, foi condenado pela morte do jovem, juntamente com outros policiais. O delegado, porém, jamais foi punido.

O MNU tornou-se uma organização nacional e continua sendo um movimento social atuante em defesa da igualdade racial.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

TEORIAeDEBATE

Revista da Fundação Perseu Abramo - Edição Especial - Abril 2024



1964 - 2024

60 ANOS DO GOLPE
CIVIL-MILITAR

ALBERTO CANTALICE - ELEONORA MENICUCCI - EMILIANO JOSÉ - FERNANDA ESTIMA - FREI CHICO - HENRIQUE NUNES
HILDEGARD ANGEL - IVO LESBAUPIN - JAMES N. GREEN - JOSÉ DIRCEU - LUIZ EDUARDO GREENHALG - MARILENA CHAUI
MATILDE RIBEIRO - MARLY VIANNA - MILTON TEMER - PAULO OKAMOTO - PEDRO ESTEVAM DA ROCHA DOMAR
RAUL PONT - RUI FALCÃO - TARSO GENRO - VALTER POMAR - WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

EDIÇÃO ESPECIAL

60 ANOS
DO GOLPE

Informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer.

disponível para
DOWNLOAD!



visite teoriaedebate.org.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores